

Sindilegis inicia a ampliação de serviços do Odontolegis e providencia advocacia gratuita em várias áreas para os filiados

Em Assembleia Geral, realizada no dia 7, com a presença de mais de cem servidores das três Casas [Câmara, Senado e TCU], a diretoria do Sindilegis obteve aprovação da proposta para o realinhamento das contribuições sindicais voluntárias. Os novos critérios para o recolhimento das mensalidades permitirão que várias medidas sejam adotadas para que o Sindicato intensifique sua atuação em defesa dos interesses da categoria, bem como ampliar os serviços da Clínica Odontológica – Odontolegis- e a concessão de advocacia gratuita individualizada nas seguintes áreas: civil, família, consumidor e administrativo.

De acordo com a nova metodologia fixada para o recolhimento das contribuições, haverá uma recomposição dos valores para 0,8% da remuneração líquida, após a dedução do desconto previdenciário e do imposto de renda, com o piso de R\$ 40,00 e teto de R\$ 140,00. Vale destacar que a contribuição não irá incidir sobre as verbas de natureza indenizatória como abono permanência; auxílios creche e alimentação; terço de férias; reembolso de plano de saúde; diárias; horas extras; décimo terceiro salário etc.

Com a melhoria na arrecadação dos recursos, a diretoria terá melhores condições para o enfrentamento dos constantes ataques da mídia, considerando a veiculação de mensagens por meio dos grandes veículos, como as emissoras de televisão e de rádio - Band, Record e Globo.

Outro enfrentamento importante diz respeito às propostas do governo prejudiciais aos servidores, como o PLP 549 (congelamento das remunerações do setor público por 10 anos), o PL

1992 (previdência privada complementar para o setor público), o PLP 248 (demissão por insuficiência de avaliação de desempenho) e o PLP 14, de 2011 (fragilização da competência constitucional dos Tribunais de Contas, permitindo que maus gestores, condenados pelas Cortes de Contas, candidatem-se a cargos eletivos). Tais matérias têm sido pautas de participações da entidade na luta para que não obtenham êxito junto ao Congresso Nacional.

No Senado, os servidores têm atravessado uma importante crise relacionada ao Sistema Integrado de Saúde (SIS). Para proteger os direitos da categoria, o Sindicato procurou uma alternativa para que os dependentes de servidores que ficaram desamparados pelo SIS possam migrar para outro serviço, com qualidade equivalente e a bom custo financeiro. Nesta quarta-feira (19/10), o Sindilegis agendou uma reunião com representantes da instituição PAR Saúde, vinculada à Caixa Saúde da CEF, e servidores para que todas as dúvidas possam ser esclarecidas quanto aos serviços.

Além da ampliação dos serviços da Odontolegis e da advocacia gratuita individualizada, outras ideias estão sendo analisadas para o próximo ano, como a criação de cooperativas habitacional e de compras de bens de consumo, universidade corporativa, bem como incentivar uma maior integração com os servidores das Secex e residentes em outros estados.

A categoria mais do que nunca precisa estar unida pelo fortalecimento da entidade, que trabalha diuturnamente pela preservação de seus direitos. Junte-se ao Sindilegis!

Diretoria do Sindilegis

Assista ao programa TV Legis



Sexta-feira, 21h30 (reexibições: às terças-feiras, às 8h, quartas-feiras, 13h30 e aos sábados, 21h)

ANTES A MÍDIA FALAVA SOBRE VOCÊ.
AGORA É A SUA VEZ DE FALAR.

Veja também pelo Canal do Sindilegis no You Tube